



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12045 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**ESTADO DA ARTE SOBRE PESQUISAS REFERENTES AOS CONSELHOS  
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: atuação nas políticas públicas educacionais**

Patricia Alessandra Gomes Leal - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MARANHÃO

Luciana Alves Coelho Nogueira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Maria José Pires Barros Cardozo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**ESTADO DA ARTE SOBRE PESQUISAS REFERENTES AOS CONSELHOS  
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: atuação nas políticas públicas educacionais**

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, instituiu o princípio legal da gestão democrática da educação pública expressas no artigo 206 e ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), lei nº 9.394/96, o artigo 3º legitimou o princípio da gestão democrática do ensino público e a legislação dos sistemas de ensino. Ocorrendo a ampliação dos Conselhos de Educação, tanto na estrutura administrativa estadual, quanto municipal. Embora o texto constitucional não identifique diretamente os conselhos municipais de educação, mas aos assegurar a autonomia aos entes federados, permitiu a ampliação e fortalecimento destes. Bordignon (2009, p.59) declara que “essa omissão é coerente com o princípio constitucional da autonomia dos entes federados para organizar seus sistemas de ensino”.

Nesse contexto, a LDBEN Nº 9.394/96 nos artigos 14 e 15, define que os municípios devem construir suas políticas educacionais sustentadas por princípios de participação e autonomia, portanto os sistemas de ensino definirão as normas da “gestão democrática do ensino público” considerando suas peculiaridades, com base nos princípios de participação dos profissionais da educação no processo de elaboração dos projetos pedagógicas das escolas, das comunidades e conselhos escolares.

Os Conselhos de Educação são espaços privilegiados de participação por ser um órgão de natureza representativa da sociedade civil e poder executivo que possuem funções

diversificadas, estruturadas em: normativa, deliberativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora que avaliam e acompanham de acordo com suas competências e atribuições, a aplicabilidade da legislação educacional. (CURY, 2006). Se constituem como espaços de participação no sistema da administração da educação, representados por diversos segmentos da sociedade civil e do poder público com foco no controle público social, no acompanhamento e fiscalização da implementação das políticas públicas.

Este estudo tem por objetivo realizar um estudo denominado Estado da Arte com base nas investigações do recorte temático: Conselhos Municipais de Educação no contexto das políticas públicas educacionais, por meio de levantamento de teses constante no banco de dados da CAPES. O período selecionado inicia-se no ano de 2014, que corresponde ao ano de aprovação do mais recente Plano Nacional de Educação, Lei 13. 005 de junho de 2014 e o último ano em 2020.

A metodologia utilizada e baseia nas orientações de Ferreira (2002), que apresenta o estado da arte como um desafio de “mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”. Nesse sentido, o tipo de pesquisa é bibliográfica e foi realizada a investigação na base de dados por meio do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente as produções científicas no período de 2014 a 2020, definidas por meio de descritores específicos, sendo eles: Conselho Municipal de Educação, políticas públicas educacionais e controle social.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A primeira pesquisa analisada se constitui na Tese do curso de doutorado de Campos (2016), cujo título versa sobre Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana: O Contexto da Produção dos Textos Oficiais. A autora informa que o interesse pelo objeto surge desde a sua graduação e consolida-se com sua atuação enquanto conselheira do Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana, assim como a conclusão dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, em nível de mestrado, tornando-se fundamental para o fortalecimento do desejo dos estudos sobre essa temática.

E considera que os Conselhos Municipais de Educação (CME) podem ser concebidos como instrumento de participação e de potencial no processo de construção de ações educacionais mais democráticas e de fortalecimento do poder local, ou ser instrumento de construção de estratégias centralizadoras dos Estados e Municípios que os tornam dispositivos de ratificação das ações do poder central. De acordo com a autora, a pesquisa revelou que o CME de Feira de Santana se constituiu legalmente, a partir dos textos oficiais que caracterizaram a sua criação e organização, como um órgão com contradições, evidenciando tendências populares, de participação e representação social, assim como tendências centralizadoras do governo local, de controle e imposição política.

A segunda pesquisa analisada consiste na tese de doutorado de Oliveira (2014) com o título o “Conselho Municipal de Educação em municípios do Estado de São Paulo: Instituição, Atribuições e Plano Municipal de Educação”, a referida pesquisa tem por objeto de estudo de catorze Conselhos Municipais de Educação dos municípios do estado de São

Paulo. A autora revela que o interesse por este objeto ocorreu por meio de sua prática profissional, enquanto conselheira municipal de educação do município de Piracicaba, representante do segmento das escolas privadas da etapa da Educação Infantil.

Os resultados obtidos com a pesquisa apresentam fragmentação e pouca participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Educação e na elaboração dos Planos Municipais de Educação. Apresenta ainda, que é incipiente a atuação dos referidos Conselhos Municipais de Educação, no que se refere as funções propositivas e mobilizadora da população nas decisões dos municípios; quanto ao poder público municipal a pesquisa identificou o desconhecimento por parte destes das funções propositivas e de acompanhamento das políticas educacionais municipais.

O terceiro estudo analisado, constitui-se na tese de doutorado, realizado por Queiroz (2017), na Universidade Federal de Minas Gerais, com a temática: O papel dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais na Formulação de Políticas Públicas de Educação. A autora apresenta que a pesquisa analisou comparativamente o papel de formulador de políticas públicas em educação exercido pelos Conselhos Municipais de Educação, de nove municípios do estado de Minas Gerais no âmbito dos seus respectivos sistemas de ensino, para tanto, utilizou a pesquisa comparativa e qualiquantitativa, baseada na técnica de análise de conteúdo e análise descritiva de informações quantitativas adquiridas por meio de questionários, utilizando como referência Bardin (2006), Franco (2005) e Creswell (2007).

Os resultados da pesquisa apontam fragilidades do desempenho do papel normativo dos Conselhos Municipais de Educação, no âmbito dos seus respectivos Sistemas Municipais de Educação, considera ainda as variações de atuação dos Conselhos Municipais de Educação como órgãos normativos dos Sistemas Municipais de Educação, atribuindo responsabilidades ao desenho institucional e condições políticas dos municípios pesquisados e sua interconexão com as instâncias decisórias.

A quarta análise se baseia na pesquisa de Santos (2014), com a temática Institucionalização dos Conselhos Municipais de Educação das capitais brasileiras: a luta por uma nova hegemonia política, do curso de doutorado da Universidade Federal de Goiás - UFG. O estudo apresenta uma análise do Estado, as transformações, os impactos e os desdobramentos que decorreram de suas ações considerando a formulação de políticas públicas.

Os resultados obtidos com o estudo constataram que os Conselhos Municipais de Educação, atuam com mais incidência na ação burocrática, contudo considera que não é possível afirmar que eles são apenas burocráticos, ainda que este aspecto prevaleça, mas tal prevalência pode estar relacionada aos limites estruturais que o sistema capitalista impõe a qualquer organização social de cunho democrático. Santos (2014) enfatiza que há uma luta política e de relações de poder, predominando a disputa entre o caráter burocrático e democrático, esse aspecto contraditório criando a possibilidade de os dos Conselhos Municipais de Educação, tornarem-se um espaço de superação ao mesmo tempo em que a realidade objetiva se impõe.

O quinto trabalho de tese analisado refere-se ao estudo realizado por Piolli (2016) e

consiste na investigação sobre Conselhos Municipais de Educação de Artur Nogueira, Holambra e Paulínia: instâncias democráticas ou de regulação de Estado? A pesquisa foi realizada junto ao programa de pós-graduação em Educação junto ao Grupo de Pesquisa HISTEDBR – “História, Sociedade e Educação no Brasil” da Faculdade de Educação da Unicamp.

A pesquisa identificou fragilidade no funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação pesquisados quanto as suas funções, e atuação destes como órgão administrativo do Poder Executivo Municipal no Estado de São Paulo, principalmente quando os programas de governo dos municípios não contemplam oferta de ensino público com qualidade.

A sexta pesquisa analisada refere-se a tese de doutorado de autoria de Lima (2014), realizada no Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, com a temática: Controle Social e descentralização na gestão da política educacional de Castanhal – PA. A pesquisa tem como objeto de estudo o Conselho Municipal de Educação e objetiva compreender o papel desempenhado por este Órgão, na gestão descentralizada da política educacional de Castanhal – PA.

O autor informa que a hipótese foi confirmada no que se refere a atuação da classe trabalhadora não conseguir exercer o controle social, em virtude do modelo de estado gerencial burocrático, que influenciou as ações e procedimentos do CME, destaca que a dimensão técnico-fiscalizadora na gestão da política educacional, não teve a participação efetiva da classe trabalhadora; a dimensão político-propositiva relacionou-se mais necessidade de desburocratização dos processos de credenciamento e de autorização de instituições educacionais; e a dimensão ético-avaliativa foi inviabilizada em virtude de alguns problemas que foram constatados, entre os quais destaca-se a metodologia utilizada para avaliação de políticas educacionais.

## 2.1 Resultados e discussões da pesquisa

Após a análise dos estudos, os resultados direcionam para uma atuação limitada dos Conselhos Municipais de Educação no que se refere à participação popular e uma incipiente atuação destes referentes ao caráter de controle social no que tange as políticas educacionais dos municípios.

Os trabalhos destacam a predominância da atuação técnica nas atividades desempenhadas pelos Conselhos Municipais de Educação, em detrimento da atuação de fiscalização, revelando a necessidade de que sejam intensificadas esta atuação, buscando a superação dos limites evidenciados pelos pesquisadores ao longo de seus estudos.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa das considerações finais, mas sem a pretensão de esgotar o assunto, este trabalho objetivou apresentar um mapeamento sobre a produção científico-acadêmica sobre os Conselhos Municipais de Educação, apresentando um estado da arte sobre o assunto por meio de um aporte bibliográfico que compreendeu as teses produzidas no âmbito dos

programas de Pós-graduação no país.

Para tanto, realizamos uma pesquisa das produções científicas no período de 2014-2020 por meio do estado da arte, que representa uma modalidade de pesquisa que permite construirmos uma percepção sobre o que se tem pesquisado acerca da temática referente ao objeto de estudo. As análises das teses estudadas, neste estado da arte, possibilitaram-nos compreender os temas abordados nas pesquisas, os referenciais teóricos utilizados, a relação entre o autor e as suas práticas educativas, os resultados, proposições apresentadas e contribuições da pesquisa para a educação no contexto dos Conselhos Municipais de Educação.

Os trabalhos descritos neste estudo, convergem em indicadores semelhantes referentes a atuação dos Conselhos Municipais de Educação no que tange as suas ações ainda limitadas no acompanhamento e controle social na fiscalização da gestão na implementação de políticas públicas educacionais.

Os estudos indicam, ainda, a forte incidência nas funções normativas em detrimento das demais funções deste colegiado, revelam os limites estruturais provenientes do sistema capitalista que vigora no país, assumindo assim, uma característica mais técnica e burocrática.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara Federal, 1988.                     . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CASTRO, Selma Barros Daltro de. Conselho Municipal de Educação de Faria de Santana: O Contexto da Produção dos Textos Oficiais. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Conselhos de Educação: fundamentos e funções**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiás, v. 22, n. 1, p. 41-67, jan. /jun. 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002.

LIMA, Natália Pereira. **O Conselho Municipal de Educação de São Luís/MA: composição, percepções e ações práticas na gestão municipal**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Marilice Trentini. **Conselho Municipal de Educação em municípios do Estado de São Paulo: Instituição, Atribuições e Plano Municipal de Educação**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, Piracicaba, 2014.

PIOLLI, Gisiley Paulim Zucco. **Conselhos Municipais de Educação de Artur Nogueira, Holambra e Paulínia: instâncias democráticas ou de regulação de Estado?** 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2016.

QUEIROZ, Virgínia Coeli Bueno de. **O papel dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais na formulação de políticas públicas de educação**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Paulo Eduardo dos. **Institucionalização dos Conselhos Municipais de Educação das capitais brasileiras**: a luta por uma nova hegemonia política. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás/ UFG, Goiânia, 2014.